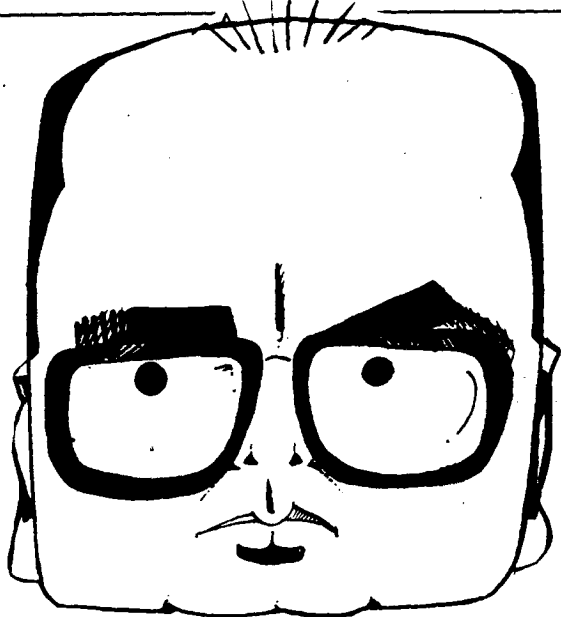


# Um ano após a moratória, a constatação do fracasso.

O ministro Maílson da Nóbrega (ilustração) no Congresso: o País patinou.



**N**ão melhoramos nossa capacidade de negociação, não conseguimos um acordo de médio prazo com os bancos credores e não aumentamos significativamente nossas reservas cambiais, que cresceram apenas US\$ 500 milhões. Com essa avaliação, feita em sua visita de ontem ao Congresso Nacional (ver página 12), o ministro Maílson da Nóbrega, da Fazenda, caracterizou os resultados da moratória: todos os objetivos com ela pretendidos fracassaram.

Apesar de ter admitido o malogro da moratória, o ministro desmentiu a informação de que o presidente José Sarney teria afirmado, durante a reunião ministerial de segunda-feira passada, que "a moratória foi o nosso maior erro". Maílson disse que o presidente em momento algum chegou a fazer tal afirmação.

Para o ministro, a decretação da moratória em 20 de fevereiro do ano passado foi "natural". Segundo ele, "existem momentos nas vidas das pessoas, empresas e nações em que se é obrigado a utilizar esta medida".

Apesar do pagamento realizado nesta semana, disse o ministro, o Brasil ainda está em moratória. O País só pagou US\$ 350 milhões dos juros devidos em janeiro e o restante dos pagamentos deverá ocorrer na medida em que as negociações evoluam e os bancos credores respondam "ao gesto de boa vontade do Brasil". Para o ministro, a moratória só será efetivamente abandonada quando os pagamentos forem regularizados.

Maílson da Nóbrega reafirmou aos senadores que a volta do Brasil ao Fundo Monetário Internacional não representará a adoção de um processo recessivo para a economia brasileira. Lembrou que um eventual acordo com o FMI será desvinculado de novos desembolsos de recursos de bancos credores.

## Conversão

Enquanto prosseguem as discussões internas sobre as conseqüências da retomada dos pagamentos aos bancos credores e o andamento das negociações para um acor-

do sobre a dívida, as iniciativas de conversão vão pouco a pouco se ampliando. Assim, o governo brasileiro pensa em criar mecanismos que estimulem os investidores institucionais (companhias de seguro, sociedades de investimentos, fundos de pensão) dos Estados Unidos a atuar mais efetivamente na conversão da dívida brasileira em investimentos de risco. Isso na hipótese de o público investidor norte-americano manter-se relutante em participar dos programas de conversão.

Dirigentes de instituições financeiras dos EUA têm argumentado que o momento não está sendo considerado favorável pelos investidores individuais devido ao abalo sofrido pelo mercado de capitais, por conta do crash das bolsas de outubro do ano passado.

A posição brasileira deverá ser exposta hoje pelo presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Arnoldo Walde, em encontro, no Rio, com os representantes do First Bank of Boston, Age Hollende e Thomaz Keess.